

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE CULTURA
ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

**PROJETO: REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL
DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR**

TRPJ - 002 /2009

Consultoria UNESCO/SECULT

Angela Gordilho Souza (Coordenadora)

Ocupação Urbana e Ambiente Construído

Relatório da 1ª. Etapa

**CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL
E URBANÍSTICA**

SALVADOR – BAHIA
Maio/Junho de 2009

SUMÁRIO

EQUIPE DE TRABALHO

LISTA DE MAPAS

LISTA DE FOTOS

APRESENTAÇÃO

2ª. ETAPA – CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL E URBANÍSTICA

1 - Introdução

2 – Breve histórico da ocupação da área, uso do solo e inserção urbana atual

3 – Delimitações, características físico-topográficas, identificação de bairros e localidades

4 – Principais pontos de referência, logradouros e parcelamentos existentes

5 – Caracterização dos domicílios com base em informações censitárias espacializadas

6 – Metodologias utilizadas no levantamento do uso e ocupação do solo e para ilustração fotográfica

6.1. Uso e ocupação do solo

6.2. Ilustração fotográfica

7- Referências bibliográficas

7.1. Livros, revistas, artigos e anais

7.2. Documentos e publicações governamentais

7.3. Portais – websites

8 – Fotos

9 – Mapas

10- Anexos

10.1. Lei Nº 3.289/83 – Câmara Municipal de Salvador

10.2. Coordenadas de poligonais

10.3. Coordenadas de bairros

10.4. Instruções para pesquisa de campo

10.5. Apresentação em PowerPoint de 2ª. Câmara temática em 5 de maio de 2009

EQUIPE DE TRABALHO

Consultoria/Elaboração:

Arqta. Angela Gordilho Souza (Coordenadora)

CREA/BA nº 8405 – D

Doutora FAUUSP e Profa. FAUFBA

Assistentes de pesquisa:

Lídia Rocha Aguiar (Arquiteta, Mestranda PPGAU-FAUFBA)

Renée Buzahr Fontes Barreto (Urbanista, Mestranda PPGAU-FAUFBA)

Colaboradores graduados:

Bruno Oliveira Santana (Arquiteto, Mestrando PPGAU-FAUFBA)

Daniela Andrade de Monteiro Veiga (Arquiteta, Mestre PPGAU-FAUFBA)

Colaboradores graduandos:

Teresa Paula Wegelin (Bolsista PIBIC/LabHabitar-FAUFBA)

Clara Maria Matos Soledade (Bolsista PIBIC/LabHabitar-FAUFBA)

Pesquisa de campo:

(Estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFBA)

Adriana Sobral Teixeira

Emy Rocha Nishimoto

Joaquim Flores Seixas De Oliveira

Juliana Ribeiro Nascimento

Marina Almeida Barreto

Marina Moreira Santos Pereira

Rennata Lordello Lima de Magalhães

Apoio pesquisa de campo:

Adriano Santos Pereira (Motorista)

LISTA DE MAPAS

Mapas de referência da ocupação de Salvador:

- Situação Esquemática do sítio natural de Salvador – Encostas, PMS, 1981.
Evolução Física de Salvador, 1551 - CEAB/FAUFBA/PLANDURB-PMS, 1979.
Ocupação de Salvador – Séculos XVI, XVII, XVIII e XIX - CEAB/PMS, 1979.
Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus Subúrbios - Carlos A. Weill, 1851.
Expansão da Ocupação de Salvador, por Década e por Zona, 1990 - Gordilho-Souza, A. 1990.
Ocupação Urbana RMS, 1991 - CEI/CONDER – BA, 1994
Mapa de Legalidade Urbanística nas Áreas de Habitação, 2006 - Gordilho-Souza. A., 2008.

Mapas elaborados por este estudo para o Centro Antigo de Salvador:

- Mapa 1 – Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador
LOCALIZAÇÃO E POLIGONAIS DE DELIMITAÇÃO, 1983 e 1984
 Mapa 1.1 – Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador
 LOCALIZAÇÃO E POLIGONAIS DE DELIMITAÇÃO, 1983 e 1984, EM ORTOFOTOS
- Mapa 2 – Centro Antigo de Salvador
ASPECTOS FÍSICO-TOPOGRÁFICOS NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2008
- Mapa 3 – Centro Antigo de Salvador
IDENTIFICAÇÃO DE BAIRROS E LOCALIDADES, 2008
- Mapa 4 – Centro Antigo de Salvador
PRINCIPAIS PONTOS DE REFERÊNCIA, 2008
- Mapa 5 – Centro Antigo de Salvador
IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS E CLASSIFICAÇÃO DE VIAS, 2008
- Mapa 6 – Centro Antigo de Salvador
PARCELAMENTOS DO SOLO, 2008
- Mapa 8 – Centro Histórico de Salvador e entorno imediato
PREDOMINÂNCIA DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO, 2009
- Mapa 13 - Centro Antigo de Salvador
IDENTIFICAÇÃO DE RUÍNAS, IMÓVEIS FECHADOS E TERRENO BALDIO, 2009
- Mapa 17 – Centro Antigo de Salvador
SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000
 Mapa 17.1 – POPULAÇÃO POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO
 CENSO DO IBGE, 2000
 Mapa 17.2 – DENSIDADE DA POPULAÇÃO POR SETORES CENSITÁRIOS,
 SEGUNDO DADOS DO IBGE

Mapa 17.2 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO OCUPADO, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 18 – Centro Antigo de Salvador

QUALIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS OCUPADOS PARTICULAR E COLETIVO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 18.1 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 18.2 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO IMPROVISADO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 18.3 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO COLETIVO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 19 – Centro Antigo de Salvador

QUALIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS OCUPADOS PARTICULARES PERMANENTES, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 19.1 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO PRÓPRIO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 19.2 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO ALUGADO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 19.3 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO CEDIDO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 19.4 – INCIDÊNCIA DE DOMICÍLIO EM OUTRA CONDIÇÃO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 20 – Centro Antigo de Salvador

TIPO DE DOMICÍLIO OCUPADO PARTICULAR PERMANENTE, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 20.1 – DOMICÍLIO DO TIPO CASA, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 20.2 – DOMICÍLIO DO TIPO APARTAMENTO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 20.3 – DOMICÍLIO DO TIPO CÔMODO, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 21 – Centro Antigo de Salvador

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000

Mapa 21.1 – Centro Antigo de Salvador

QUALIFICAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO DADOS DO CENSO DO IBGE, 2000.

LISTA DE FOTOS

Fotos da cidade antiga (Bahia: velhas fotografias – Gilberto Ferrez)

1. Ladeira do Pau da Bandeira e Conceição da Praia, 1860
2. Rua Nova do Comércio, 1860
3. Largo do Pelourinho, 1860
4. Ladeira de São Bento. 1859.
5. Ladeira de São Bento, mosteiro e igreja do mesmo nome. 1860
6. A cidade baixa vista do elevador Lacerda em direção ao Bonfim. 1884.
7. Trecho da marinha do Porto de Salvador. 1876.
8. Cidade baixa de Salvador. Comércio, 1880

Fotos do Centro Antigo de Salvador, por bairro (pesquisa de campo entre maio e junho de 2009, autoria da coordenadora da pesquisa, Angela Gordilho Souza)

1. Centro Histórico
2. Santo Antônio
3. Centro
4. Comércio
5. Calçada
6. Liberdade
7. Lapinha
8. Barbalho
9. Macaúbas
10. Saúde
11. Nazaré
12. Tororó
13. Barris

APRESENTAÇÃO

Alinhado com a política nacional de reabilitação de áreas urbanas centrais, o Governo do Estado da Bahia estabeleceu parcerias com os Governos Federal e Municipal e com Organismos Internacionais, com vistas a estruturar uma política integrada e sustentável para o Centro Antigo de Salvador (CAS), no qual está inserido o Centro Histórico de Salvador (CHS), entendendo-se essa **complementaridade de área como uma condição essencial para a sustentabilidade** dessa área histórica da cidade, que tem o Pelourinho como sua referência maior. Como fruto das parcerias estabelecidas, criou-se o Grupo Executivo, com representantes das três esferas de Governo, um Conselho Gestor, com representantes de seis Secretarias do Estado da Bahia e o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, unidade responsável pela construção do Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do Centro Antigo de Salvador.

Para subsidiar a elaboração do Plano, estão previstos estudos, pesquisas e análises que visam traçar o diagnóstico do CAS nas dimensões econômica, social, cultural, urbanística e institucional, compreendendo os processos e tendências marcantes ali existentes, bem como suas potencialidades e conflitos. A consolidação de tais conhecimentos é essencial para o desenho das estratégias de sustentabilidade e para a definição de uma estrutura de governança para o CAS.

Dentre os estudos previstos, está definido aquele com foco na análise e diretrizes propositivas para questões que abarcam aspectos da ocupação urbana e do ambiente construído, na área de abrangência do CHS e seu entorno imediato no âmbito do CAS. Esse estudo deverá dar ênfase às questões relativas às condições atuais de ocupação e uso do solo, áreas livres, deterioração física, vacância de imóveis e condições de habitabilidade nos diversos núcleos aí identificados e suas tipologias, caracterizando assim o ambiente construído. As dimensões complementares de infra-estrutura, situação fundiária, legislação urbanística, verticalização, transporte e mobilidade, serão objeto de outros estudos.

Considerando o alto índice de esvaziamento atual nessa área central da cidade, tem-se como pressuposto, que além das atividades mais dinâmicas aí presentes, envolvendo, sobretudo a presença de instituições públicas, as atividades de comércio e serviços, de turismo e culturais, essa área tem um grande potencial para atração de outras atividades que envolvem uma maior intensidade do uso habitacional e usos correlatos, trazendo assim uma maior economicidade, agregação de valores sociais, materiais e simbólicos, propiciando uma maior integração ao ambiente urbano, além de promover a indução para um maior grau de conservação e segurança.

O trabalho proposto de levantamento atualizado das informações que fundamentam esses aspectos, certamente irá levar a um maior conhecimento e análise dessas potencialidades, como forma de aprofundar a indicação de novos projetos que venham ao encontro das

diretrizes das políticas urbanas nacional, estadual e municipal de reabilitação de áreas urbanas centrais, com vistas a uma maior urbanidade, preservação histórica e melhorias urbanísticas no ambiente construído.

Portanto, este trabalho tem como objetivo, subsidiar o desenvolvimento do Projeto de Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador, conforme área de abrangência indicada para o Centro Histórico e seu entorno imediato, com informações sobre ocupação urbana, ambiente construído, conservação e indicação de projetos adequados, obtidas por meio de levantamentos, estudos, diagnósticos, análises e indicações de intervenções setoriais.

Está dividido em cinco etapas, compreendendo:

- 1ª. Planejamento das ações e procedimentos - Plano Operacional
- 2ª. Caracterização físico-territorial e urbanística
- 3ª. Caracterização qualitativa do ambiente construído
- 4ª. Levantamento de políticas, programas e projetos
- 5ª. Indicativos para intervenções setoriais.

A sua execução se viabiliza por meio de consultoria contratada com pesquisadores especializados nessa área de atuação, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), instituição com vasta experiência na reabilitação de Centros Históricos, que assinou com o Governo do Estado da Bahia, em maio de 2008, um Projeto de Cooperação Técnica Internacional para a criação de uma estratégia de sustentabilidade para o Centro Histórico de Salvador (CAS). Este se integra às ações em curso, resultado do Convênio com o Ministério das Cidades, tendo a Secretaria de Cultura da Bahia e o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador, à ela vinculado, como instituição responsável pelo desenvolvimento desse projeto.

Baseado na relação entre cultura e desenvolvimento, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional reconhece a importância da inclusão da cultura no planejamento urbano da cidade de Salvador e se propõe a criar alternativas para garantir a sustentabilidade econômica, física e social dos moradores que habitam o Centro Antigo.

Portanto tendo como pressuposto o enfoque cultural como eixo de desenvolvimento econômico, de inserção social e de reordenamento urbano, o trabalho desenvolvido por esta consultoria, na dimensão da ocupação urbana e ambiente construído, considera, sobretudo, os aspectos que venham a fortalecer **a cultura de morar no centro**. Para isso, salientam-se as diferentes **identidades e territorialidades** dos diversos núcleos e bairros aí existentes, ao proceder às análises conjuntas de potencialidades, limitações, desafios e tendências detectadas para reabilitação dessa área histórica, patrimônio maior da Cidade do Salvador.

2ª. ETAPA – CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL E URBANÍSTICA

1 - Introdução

Seguindo os pressupostos e diretrizes enunciadas na apresentação deste relatório, este relatório compreende a 2ª. Etapa das atividades da consultoria contratada para elaboração de estudo propositivo sobre Ocupação Urbana e Ambiente Construído, no Centro Antigo de Salvador, visando subsidiar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador. Contém os dados secundários levantados e a caracterização preliminar da configuração físico-territorial e aspectos urbanísticos, da área delimitada como Centro Histórico de Salvador (CHS) e Centro Antigo de Salvador (CAS), como parte dos trabalhos desenvolvidos por esta consultoria, de acordo com o TRPJ 002/2009, elaborado pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador. Traz, assim, os resultados obtidos com as metodologias adotadas, conforme relatório da 1ª. Etapa, anteriormente encaminhado, indicando a bibliografia utilizada e os anexos que complementam o texto ora apresentado.

Tendo como pressuposto a importância do enfoque da atividade cultural como eixo de desenvolvimento econômico, de inserção social e de reordenamento urbano, o trabalho desenvolvido por esta consultoria, na dimensão da ocupação urbana e ambiente construído, considera, sobretudo, os **aspectos que venham a fortalecer a cultura de morar no centro**. Para isso, salienta-se, nessa etapa, a identificação dos diversos núcleos e bairros residenciais aí existentes, caracterizados pelas suas diferentes identidades e territorialidades, além das potencialidades que se apresentam para os vazios e renovação de áreas degradadas de moradia, informações essas que deverão subsidiar as análises conjuntas com as demais dimensões que estão sendo investigadas por outras equipes, visando a elaboração do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador.

Essas informações preliminares servirão de base para o levantamento de dados primários, a ser realizado na 3ª. Etapa deste trabalho, visando a complementação de dados na caracterização qualitativa da ocupação e ambiente construído do Centro Antigo de Salvador.

2 – Breve histórico da ocupação da área, uso do solo e inserção urbana atual

A Cidade do Salvador, fundada em 29 de março de 1549, foi um dos primeiros centros urbanos do Brasil e da América Latina. Atualmente, é a terceira maior capital em população no País, tendo atingido cerca de 2,9 milhões de habitantes neste final da primeira década do século XXI. Vem acumulando historicamente funções distintas que, associadas às características do sítio, à sua inserção na economia nacional, às intervenções públicas e privadas no ambiente construído e às suas características sócio culturais, interferiram na forma como o espaço urbano está organizado.

Como uma das primeiras áreas urbanas a ser edificada no continente americano de forma planejada para ser uma capital colonial, Salvador é uma das poucas cidades nesse continente que guarda as principais características de centro antigo. Isso é revelado tanto no seu traçado urbanístico, como no seu ambiente construído, que mantém as marcas das interações dos grupos sociais nativos e imigrantes com o ambiente natural, constituindo assim um rico patrimônio histórico e cultural, que vai muito além do Pelourinho, área antiga mais conhecida do seu Centro Histórico, considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO, em 1980. Sua importância histórica atinge uma área mais abrangente de entorno edificada até o século XIX, com cerca de mil hectares, ou seja, quase 10 Km², área que também constitui um rico patrimônio a ser preservado, fruto da justaposição de idéias de fora com aquelas nascidas no lugar, que deram curso, nesses quase cinco séculos de existência, à construção dessa cidade tão plural, ao tempo em que, tão singular. Aí se produziu um rico patrimônio histórico, com um acervo arquitetônico colonial tombado pela sua importância no cenário nacional e internacional.

Salvador surge como cidadela, edificada inicialmente no topo de uma cumeada, situada à direita da entrada da Baía de Todos os Santos, no ponto mais alto de saliência do continente, com cerca de 65 m de altura. O sítio escolhido revela-se em forma peninsular, cercado de belezas naturais e dotado de uma escarpa frontal, a partir da qual prolonga-se suavemente um relevo de cumeadas e vales, na direção do seu interior continental, até novamente bordejar o mar na orla oceânica. (ver Mapa Situação esquemática do sítio natural). Ainda na fase inicial do povoamento, cercada por muros erguidos em taipa de pilão, abrigava aproximadamente 1.000 habitantes (colonizadores portugueses), sob uma completa organização administrativa militar. Foi implantada a partir de um projeto pré estabelecido, geométrico, ainda que adaptado à topografia local, conforme ilustrado no Mapa Ocupação de Salvador, 1551, abrangendo, aproximadamente, a área correspondente ao atual bairro da Sé, na Cidade Alta, e a parte da Conceição da Praia, na Cidade Baixa.

Assim traçada como cidade fortaleza e portuária, surge como marco da conquista colonizadora, dividida em dois níveis, Cidade Alta e Cidade Baixa. Na sua edificação gradativa foram utilizadas as técnicas construtivas originárias culturalmente dos portugueses que aí se instalaram, dos africanos trazidos para o trabalho-escravo e dos índios que nessas terras habitavam.

Esse núcleo amplia-se rapidamente extramuros, com o plantio de culturas de subsistência, na área que veio a se constituir na freguesia da Sé. Ligava-se à Vila Velha, local de povoação anterior e pioneira (proximidades do Largo da Barra), situada na ponta sul da península, que se manteve como núcleo urbano ligado à cidade pelo Caminho do Conselho. Mais tarde, surge o julgado de Paripe, na borda da baía, ao norte, próximo a engenhos já iniciados, Sua área urbana expande-se inicialmente para a parte baixa na estreita área do sopé, onde localizava-se o cais do porto, alfândega e praça do *Commercio*, avançando também para as suas meias encostas e cumeadas vizinhas, constituindo o que se considera atualmente Centro Histórico de Salvador.

Essa ocupação localiza-se basicamente em três cumeadas, entrecortadas pelos vales onde passa a antiga Rua da Valla (Rio das Tripas), na direção da atual Baixa dos Sapateiros e Taboão, que se interliga com o vale do Dique, atual Dique do Tororó. Essa ocupação se restringiu como centro urbano até o século XVIII, conforme indica os mapas de evolução da ocupação. As principais localidades identificadas na 1ª cumeada na qual se edifica a cidade na sua fundação são a Sé, Pelourinho, Misericórdia, São Bento, Taboão, Carmo. Expande-se, então, para as demais cumeadas do entorno, nas localidades de Santo Antonio além do Carmo, Barbalho, Queimado, Nazareth e Barris.

Da herança portuguesa, sua marca mais evidente, ficaram as construções coladas uma as outras, ligadas por ruas estreitas e ladeiras descendo das cumeadas para os vales que nos guiam às edificações monumentos, do mar e de terra, formando no seu conjunto um precioso acervo colonial.

Em meados do século XIX, a ocupação urbana de Salvador estende-se ao sul, na direção do Campo Grande e Vitória, e, ao norte, na península de Itapagipe e em pequenos núcleos no Subúrbio, bordejando a Baía de Todos os Santos, conforme indica a Planta Topográfica, elaborada em 1851. Essas localidades, identificadas principalmente pelas antigas freguesias, irão dar nome aos futuros bairros. Nessa região do Comercio e Calçada, até Itapagipe, instalam-se as primeiras indústrias, com a fabricação de produtos estritamente relacionados à produção agro-exportadora. Aí também localiza-se a Estação Ferroviária, construída pelos ingleses, com a implantação da *Bahia and San Francisco Railway*, em 1860.

Até o início do século XIX, as atividades econômicas e administrativas exigiam uma relativamente baixa concentração populacional, já que era na zona rural, nos engenhos e fazendas, onde se produziam as riquezas básicas e, portanto, onde se localizava a maior parte da mão-de-obra e a população em geral. A partir de então, o comércio urbano se intensifica, com o incremento de exportações, e os primeiros indícios de industrialização começam a se ampliar nas periferias urbanas.

No final do século XIX surgem os movimentos de expansão urbana para áreas mais afastadas, manifestando-se, ao sul, em localidades como Garcia, Canela, Vitória, Graça e Barra, que passam a abrigar população de renda mais altas, famílias vindas das antigas residências do saturado centro antigo e proprietários rurais recém fixados na cidade. Logo, os sobrados que vão sendo deixados para trás passam a ter os pavimentos também subdivididos em pequenos cubículos, principalmente aqueles localizados no antigo centro, agora multiplicados em pequenas unidades domiciliares que irão dar origem aos futuros cortiços.

Ao mesmo tempo, são produzidas por pequenos empreendedores projetos de habitação proletária, sujeitos a formalização junto às instâncias municipais. São as “evoneas”, que serão seguidas pela construção de “vilas operárias”, das chamadas “avenidas” de casas, dos “grupos

de casas” ou “correr de casas”. Surgem também os novos bairros pobres, nos arredores norte da cidade, de ocupação desordenada. Nesse sentido, Milton Santos descreve:

“Para o sul surge o bairro da Vitória, constituído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte formam-se bairros habitados pela classe média e pobre. Essa extensão da cidade tornou-se possível pela instalação das novas vias de comunicação e meios de transporte: em 1855 são construídos viadutos para ligar Nazaré e Barbalho, Federação e Pedra da Marca; em 1868 a cidade já possui os primeiros transportes coletivos; em 1869, novas emprêsas de transporte se instalam; em 1874, inaugura-se o elevador hidráulico [...] para favorecer as comunicações da Cidade Alta com a Cidade Baixa, que é o centro comercial [...] Os primeiros aterros sistemáticos, embora elementares, são feitos no pôrto.” (Santos, 1959:42, grafia original)

Datam das primeiras décadas do século XX, o movimento de modernização da cidade na mudança do ambiente construído. Primeiramente com as obras do aterro na área do porto, no governo JJ Seabra (1912-1916), ampliando a área do Comércio e criando também, com a ampliação de linhas de bonde, maiores possibilidades de ocupação na península de Itapagipe. Grande parte das edificações coloniais do Centro Histórico e da área do Comércio foram demolidas, a partir de então para dar lugar ao alargamento de vias e construção de altos edifícios modernos, que irão abrigar os novos serviços nessa área antiga da cidade. Foram constantes as demolições para alargamento de vias, como a Av. Sete de Setembro, a Rua Chile, a Misericórdia e a Ajuda, além da abertura da Praça da Sé, obtida com a polêmica destruição da Igreja da Sé. O centro da Cidade Alta é então o local de maior predominância do comércio varejista e serviços de profissionais liberais, ao tempo em que a Cidade Baixa, na área do Comércio, se consolida o centro financeiro, mantendo e modernizando o comércio atacadista e de serviços portuários, aí existentes desde a sua fundação.

Constituem, no entanto, intervenções físicas pontuais, ainda dissociadas de uma sistemática institucional urbanística. Até o início do século XX, além das normas de cunho higienista para uso de áreas comuns e construção das edificações, praticamente não havia regras públicas para a definição das formas de parcelamento e para a implantação da edificação no terreno. Essas regras só surgirão a partir da década de 1920, com a definição dos primeiros Códigos de Postura. Datam dessa época a implantação dos primeiros loteamentos habitacionais, em Itapagipe, Barris, Graça, Barra e depois em grande monta, no Subúrbio Ferroviário, direcionando a expansão da cidade.

Antes, as iniciativas para o parcelamento do solo se davam, independentemente, por conta dos próprios proprietários fundiários, que definiam as dimensões da subdivisão de glebas, aos poucos, de acordo com a demanda, em frações individualizadas e diferenciadas entre si, seguindo a morfologia do terreno. Geralmente os lotes eram marcados por “testadas”, estreitos e profundos, aproveitando ao máximo o acesso pelas cumeadas, por onde passavam as vias. As casas eram construídas praticamente coladas umas às outras, com dois a três pavimentos e

um quintal na meia encosta. Muitas vezes, estendiam-se até o fundo de vale, aproveitado para produção doméstica de alimentos e criatórios.

As edificações também eram, na maioria, construídas pelo proprietário fundiário, por encomenda a mestres de obra e pequenos empreiteiros, constituindo um processo associado de parcelamento e construção da moradia para fins de uso próprio ou renda. Predominava, na relação comercial de uso, o aluguel da edificação e/ou do terreno, através de contratos de arrendamentos, aforamentos e cessões. As normas públicas para ocupação e edificação eram mínimas, limitando-se, basicamente, às restrições de cunho higienista, proteção ao fogo e parâmetros em relação às vias de circulação. Assim, o controle sobre a intervenção no ambiente construído esteve quase que exclusivamente nas mãos desses agentes imobiliários proprietários fundiários.

As características particulares da estrutura fundiária em Salvador, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários (Igreja, Poder Público e alguns particulares), e sob um sistema fundiário arcaico, tinham influência direta, também, na produção da habitação e no uso do solo em geral. A cidade herdara uma estrutura fundiária assentada sobre o sistema de enfiteuse, ou aforamento. Esse instrumento jurídico de parcelamento da terra, instituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante uma pensão, sem contudo destruir-lhe a substância (domínio pleno ou direto) que permanece com o titular. A aprovação da Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, veio modificar o processo de aquisição e transmissão de terra no País. O instrumento da enfiteuse, que até então predominava, é paulatinamente substituído pelo novo sistema de compra e venda de glebas e terrenos, dando origem aos futuros loteamentos, mudanças irão afetar profundamente a ocupação urbana das cidades brasileiras.

Assim, até a década de quarenta do século XX a Cidade do Salvador, na sua área continental, guarda no seu território as características de cidade colônia, circunscrita em pouco mais de 1.000 hectares, com cerca de 290 mil habitantes.

A partir de então nasce a Salvador moderna, impulsionada por vários fatores socioeconômicos internos e externos que propiciam momentos de urbanização intensiva, com grandes fluxos populacionais direcionados para essa cidade-capital, registrando-se, nas diversas situações, ao seu tempo, uma expansão urbana abrupta e significativa do espaço construído. (ver mapas de evolução de Salvador). As emergências de novas demandas e a ação de agentes diversificados na produção imobiliária resultaram em espaços urbanos mais complexos, que caracterizam esse início de século XXI.

A implantação das primeiras avenidas de vale, a partir da década de 1950, abre também outras áreas de expansão da cidade que começa a ser ocupada além dessa área antiga da cidade, atingindo áreas da Orla, como Ondina, Rio Vermelho e Pituba, bem como a ampliação da

periferia urbana, na direção do Miolo da cidade e do Subúrbio Ferroviário. A implantação de pólos industriais nos limites do município e na sua Região Metropolitana, a partir da década de 1960, também traz mudanças na dinâmica urbana, com a saída dessa atividade da sua zona pioneira, nos arredores da Calçada e Itapagipe (ver Mapa de Ocupação Urbana RMS, 1991).

Na década de 1970 o Centro Antigo de Salvador atinge o seu auge na concentração das atividades econômicas de serviços e comércio e como praça financeira, passando a sofrer um processo de esvaziamento e decadência a partir de então, sobretudo com a abertura da Av. Paralela, a construção do Centro Administrativo da Bahia, pelo governo estadual, concomitantemente à implantação de um novo centro comercial nessa área, com a construção do Shopping Center Iguatemi.

Rompe-se com a estrutura antiga para dar lugar a uma cidade espraiada, verticalizada, de fluxos viários extensivos, segmentada por diversos usos, múltiplas funções e conteúdos sociais distintos. Bairros pobres justapostos a bairros de classes mais altas, ocupações informais dividindo espaço com grandes empreendimentos imobiliários, arquitetura e o urbanismo moderno marcando o espaço no qual também estão impressas as muitas favelas e invasões.

Nesse sentido, a privatização do solo, que se amplia com a Reforma Urbana de 1968, acaba por desbloquear áreas de domínio público, com a alienação de terras municipais arrendadas aos enfiteutas. Essas condições particulares de uma ampla propriedade pública fundiária, aliada aos baixos níveis de renda da população migrante e a pouca efetividade no controle da ocupação urbana e na antecipação de oferta habitacional planejada de baixo custo, contribuem para o amplo processo de ocupação informal do solo urbano que então se inicia, com a intensificação das invasões e parcelamentos à margem da legislação urbanística, sobretudo na periferia, culminando nos dias atuais, com uma proporção de cerca de 34% da ocupação da área urbana ocupada, onde habita cerca de 70% da população da cidade. (ver Mapa de Legalidade Urbanística, 2006). Esse déficit habitacional qualitativo se soma a um crônico déficit quantitativo, que no município de Salvador, acumula atualmente um índice de cerca de 100 mil novas unidades habitacionais.

Atualmente a ocupação contínua de Salvador praticamente já atinge os limites do município, se expandindo de forma conurbada para os municípios vizinhos, configurando uma cidade-metrópole que atinge uma malha urbana contínua de mais de 20 mil hectares, ou seja, 200Km², onde habita cerca de 4 milhões de pessoas. Guarda no seu território essa diversidade de história e do seu permanente fazer, belezas e mazelas, tão contrastantes.

Esse crescimento populacional e espacial abrupto, no entanto, caracterizado por uma ampla pobreza da maioria da sua população e acentuada descompensação na distribuição de renda, aliado a uma frágil e descontínua administração pública do seu território, traz em si, profundos problemas estruturais, que irão se refletir na forma desigual, segregada, precária e excludente da ocupação e construção do seu espaço urbano, com impactos na área antiga da cidade.

Nessa dinâmica urbana, o centro antigo de Salvador, gradativamente, nas últimas décadas do século XX, vai perdendo população e atividades de comércio e serviço, se degradando fisicamente com a saída das atividades econômicas mais dinâmicas e camadas da população de renda mais alta. Seu parque imobiliário, passa a dar sinais evidentes de desgaste, com o fechamento e arruinamento de imóveis, sendo vários deles ocupados por famílias mais pobres, bem como as encostas da escarpa entre a Cidade Alta e Cidade Baixa, que passam a ser progressivamente ocupadas informalmente, acumulando-se, assim, às condições habitacionais já precárias dos cortiços e vilas aí existentes desde épocas anteriores.

Esse esvaziamento, por um lado, e a precarização da ocupação, por outro, também são influenciados pelos empreendimentos que essa área central passa a receber, tais como a Estação da Lapa no final dos anos 1980, a construção do shopping Piedade e do Shopping Center Lapa, atraindo a intensificação do comércio informal e inibindo o comércio tradicional. Certamente são fatores que também contribuem para o fechamento de pontos comerciais inicialmente na Rua Chile e, mais recentemente na Baixa dos Sapateiros, mantendo apenas as lojas de roupas e utensílios domésticos de baixo custo, conforme ilustram as fotos recentes dessas localidades (ver item 8) e o mapeamento elaborado por essa pesquisa com base no levantamento do uso e ocupação do solo, sintetizado no Mapa 8 e das situações de vacância, no Mapa 13.

As primeiras tentativas de preservação e de recuperação do patrimônio histórico da área antiga da cidade, além das medidas de tombamento, estiveram mais voltadas para prédios isolados mais do que para o conjunto do sítio. Destacam-se a criação de museus, presença intensiva de órgãos da Prefeitura do Salvador, além de órgãos federais e de outras instituições públicas, bem como dos setores ligados ao patrimônio colonial religioso. São atividades que mantêm viva a dinâmica cotidiana da área central da cidade. Nesse sentido, observa-se uma forte presença de uso institucional em todo o CAS, sobressaindo a sua presença, no CHS.

As áreas de habitação remanescentes estão, sobretudo na região do Carmo, Barris, Nazaré, Tororó, Barbalho, Macaúbas, Lapinha e Liberdade, além dos cortiços do Centro Histórico e da Saúde, ainda que nessas áreas se observe uma presença significativa de imóveis fechados, conforme também indicados no Mapa 8 e Mapa 13.

O projeto de revitalização do Pelourinho, a partir de 1992, passa a atuar em quadras, com perspectivas de dinamizar o comércio e serviço de atividades voltadas, sobretudo para o turismo. Nesse projeto, no miolo de quadras, foi criado importantes espaços públicos abertos, tais como as praças Tereza, Batista, Pedro Arcaño e Quincas Berro d'Água, espaços esses onde ocorrem atividades culturais e onde se ampliam o uso de serviços e comércio local, tais como bares, restaurantes e comércio informal. Além desses, também se implantou, no conjunto de quintais de antigas residências, a Praça Arte, Cultura e Memória, em cima de um novo estacionamento privado ligando a Baixa dos Sapateiros ao Pelourinho. Para isso foi retirada a maior parte das famílias moradoras da área, por meio de indenizações de valores muito baixos,

insuficiente para aquisição de novas moradias, fazendo com que a maioria delas passasse a ocupar informalmente áreas nos arredores, sobretudo os prédios fechados e em ruínas, bem como as encostas do frontispício da cidade. O aquecimento econômico, com forte subsídio estatal voltado para atividades turísticas, a ampliação do comércio e serviço, além da privatização de espaços públicos nessa área, então se deu sob um regime de segurança ostensiva, incentivo as atividades culturais, sobretudo aqueles envolvendo a os movimentos afromusicais. Muitos pontos comerciais voltados para população local também foram esvaziados e progressivamente, nos anos seguintes, observa-se o fechamento de muitos desses novos negócios aí instalados.

Os primeiros projetos de recuperação para habitação ocorreram com a reforma de alguns imóveis do Carmo, através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), inaugurados em 2005, seguidos pelas obras na 7ª. Etapa do Pelourinho, com financiamento do programa Monumenta, que contemplou algumas unidades habitacionais para a população local de baixa renda, por força da pressão de movimentos sociais para a efetivação de um Termo de Ajuste e Conduta (TAC). Mais recentemente, vem sendo conduzido dois novos projetos de requalificação habitacional inovadores: um deles para a ocupação da Rocinha, na encosta do Pelourinho, que passa a ser renomeada de Vila Nova Esperança, o outro, voltado para a ocupação da encosta do Pilar, ambos com a relocação de famílias na própria área da ocupação.

Mais recentemente, também se observa um forte movimento de novas construções, com edificações de padrão de renda mais alta, na região da Av. Contorno e Bahia Marina, penetrando na região do Comércio, com a construção do hotel Hilton, Clock Marina e Txai. Essa região já aponta claramente uma substituição de ocupação, aos moldes do que se denomina *gentrification*, ou seja, substituição da população pobre residente por classes de renda mais alta, notória também pela grande oferta de imóveis, anunciados nas freqüentes placas de aluguel e vendas, conforme indicam as fotos recentes dessa região, no item 8, deste relatório. Também no bairro de Santo Antônio, sobretudo no Carmo, há um forte movimento de reforma das edificações, observado nas freqüentes placas de licenciamento em frente a imóveis fechados e uma significativa requalificação de imóveis em hotéis, albergues e pousadas.

Por outro lado, nas quadras mais internas do Comércio e na ocupação da Calçada, as ruínas e imóveis fechados são muito freqüentes, observando uma degradação mais acentuada na região do Tabão e ao longo de toda a encosta entre a Cidade Alta e Cidade Baixa, desde a Conceição, passando pelo Pilar, Calçada, até a Liberdade, conforme indicado no Mapa 13.

Esse mapeamento recente, também indica que, no âmbito do CAS, as áreas de maior incidência de uso de comércio e serviços estão localizadas no Bairro do Centro, prolongando-se até o Centro Histórico e Santo Antonio, além do bairro do Comercio. No CAS, como um todo, a preponderância é de uso habitacional, seguida pelo comércio e serviço, e uso

institucional. No bairro do Comércio, o uso institucional é marcante, com destaque para a área do Porto, com uma grande reserva de área para estacionamento e depósito de *containers*, bem como a presença do Distrito Naval. É também relevante observar-se a instalação recente de instituições privadas de ensino superior no bairro do Comercio (Dom Pedro II, São Salvador, Faculdade da Cidade), que muito dinamizam o uso dessa área, inclusive no turno da noite. Na poligonal do CHS, a incidência de comércio e serviço é preponderante, seguindo pelo uso institucional, ruínas e imóveis fechados, sendo menor a presença de uso habitacional, que apenas aparece com maior destaque no bairro de Santo Antonio, sobretudo no Carmo.

A presença industrial é residual, ainda que se constituam em grandes equipamentos de moinhos, no bairro do Comércio. Na Calçada, área que no passado sediou uma grande quantidade de indústrias, esses imóveis encontram-se fechados ou em ruínas, sendo também utilizados por outros usos de comércio e serviços, como grandes depósitos e supermercados.

Quanto as categorias imóveis em ruínas, fechados e lotes baldios, conforme indica o levantamento no Mapa 13, as maiores concentrações estão no Centro Histórico e ao longo de toda a encosta do frontispício entre a Cidade Alta e Cidade Baixa, com particular incidência nas localidades da Av. Contorno, Conceição da Praia, Taboão, Pilar e Calçada. Em vários imóveis considerado em ruínas, se observa a presença informal de moradia, apesar da insalubridade e dos riscos que se apresentam, conforme demonstram algumas das fotos apresentadas. Também se salienta neste diagnóstico, as recentes ocupações informais de habitação nas ocupações de famílias sem-teto em prédios que estavam fechados.

É freqüente o fechamento parcial de imóveis, geralmente nos andares superiores das edificações, funcionando no térreo para uso comercial e de serviços, incluindo também nessa condição mista, imóveis em ruínas, parcialmente sendo utilizado para esse tipo de uso. O fechamento total de imóveis ocorre com maior incidência nos bairros do Comercio e Centro Histórico, ainda que também se observe a não ocupação, com menor incidência, diluída por praticamente em todo o CAS.

Quanto as praças e largos, à exceção do Campo Grande, Passeio Público, Terreiro de Jesus, Largo do Carmo, Praça da Inglaterra e Praça Marechal Deodoro, além das pequenas praças jardins em áreas residenciais de renda mais alta, há uma enorme carência de áreas públicas desse tipo no restante do CAS. É, sobretudo escassa nas áreas de predominância habitacional intensiva, como Macaúbas, Liberdade e Barbalho. Os estacionamentos de uso público são na maioria improvisados, e vários edifícios garagens, estão fechados, alguns em estado de ruína parcial.

Os três planos inclinados existentes (Gonçalves, Pilar, Liberdade), além do elevador Lacerda e do Taboão (desativado), que fazem a ligação Cidade Alta e Cidade Baixa, são utilizados com intensidade e apresentam visões panorâmicas importantes a serem consideradas. Por outro

lado, as ocupações informais foram se desenvolvendo muito próximas a esses equipamentos, nas encostas onde estão implantados.

Ainda que bastante esvaziado, carente de atributos urbanísticos e degradado, esse sítio constitui um patrimônio arquitetônico e, sobretudo, urbanístico, ainda bastante preservado na sua originalidade de traçado e forma do ambiente construído, além da riqueza cultural da sua diversidade de ambiência.

Por outro lado, considerando-se na área continental de Salvador, o esgotamento gradativo de vazios com possibilidade de ocupação, constatado pelo estudo de vazios, realizado em 2007, pela Secretaria Municipal da Habitação (SEHAB), em convenio com a UFBA/LCAD, que aponta para 2002, um restante de menos de 40 Km² disponível (14% do total de área ocupada). Isso constitui um importante dado para que se entenda a indicação de densificação de moradias na área central da cidade, diante do seu constatado esvaziamento.

Certamente o sentido de complementaridade do CHS e do CAS, seja na mixagem de renda, seja do uso e de atividades, constitui fatores indispensáveis para a sua sustentabilidade, bem como o crescente esgotamento de áreas livres aptas para construção no município de Salvador. Também deve ser considerada a inserção de áreas públicas e de equipamentos de uso local para os seus habitantes.

Com base nos estudos atualizados do uso e ocupação do solo nessa área, certamente os aspectos a serem observados para inserção de áreas públicas e de atividades mais dinâmicas, incluindo a inserção de novas moradias, diante do alto índice de vacância, ruínas e áreas degradadas, apontarão para as possibilidades de intervenção reabilitadora e preservacionista dessa área, para que se alcance um maior grau de urbanidade para a Cidade do Salvador.

3 – Delimitações, características físico-topográficas, identificação de bairros e localidades

Os limites territoriais foram estabelecidos de acordo com as coordenadas definidas para este trabalho, quais sejam: Área de Tombamento do Centro Histórico de Salvador definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (BRASIL, 1984), denominada Poligonal IPHAN, 1984; correspondendo ao Centro Histórico de Salvador (CHS); e Área de Proteção Rigorosa (APR) ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador, conforme Decreto Municipal 3.289/1983 (SALVADOR, 1983); tomando-se também a delimitação de maior abrangência no seu entorno - Área Contígua à APR -, como Centro Antigo de Salvador (CAS).

De acordo com o mapeamento dessas delimitações (Mapa 1), foram calculadas as **áreas das poligonais**, superpondo-se sobre essas os setores censitários incidentes (IBGE, Censo 2000),

para o cálculo de população e densidade (Mapas 1 e 17), sendo encontrados os seguintes resultados¹:

- Centro Histórico de Salvador (CHS), com área de 78,28 Ha ou 0,78 Km², cerca de 8,2 mil habitantes, densidade de 105 Hab/Ha, com 2,6 mil domicílios ocupados;
- Área de Proteção Rigorosa (APR) - com área de 196,4 Ha ou 1,9 Km², cerca de 22,7 mil habitantes, densidade de 150 Hab/Ha, e 7,5 mil domicílios ocupados;
- Área Contígua à APR - Centro Antigo de Salvador (CAS) - com área de 645,95 Ha ou 6,45 Km², cerca de 79,7 mil habitantes, densidade de 123,5 Hab/Ha e 25,1 mil domicílios ocupados.

Portanto, considerando-se o total de população do município de Salvador, nesse mesmo ano do Censo 2000, calculado em 2,4 milhões de habitantes, o CHS correspondia a 0,3% e o CAS a 3,3%, desse total.

Para caracterização físico-territorial, quanto aos **aspectos topográficos** (Mapa 2), utilizou-se como suporte de informações a Base Cartográfica SICAR-CONDER 1992, com as atualizações inseridas pela SEPLAM/PMS até 2008 e *software* Mapinfo. Fica evidenciada na topografia dessa área a sua escolha na condição de sítio-defesa, quando da fundação da cidade. Dotado de uma escarpa frontal, que se debruça sobre o mar da Baía de Todos os Santos, com altura de cerca de 65 m, prolonga-se, na direção do continente, em relevo suave de cumeadas e vales. Nessa região antiga da cidade estão localizadas basicamente três cumeadas, entrecortadas pelos vales onde passa a antiga Rua da Valla (Rio das Tripas), na direção da atual Baixa dos Sapateiros e Taboão, que se interliga com o vale do Dique (atual Dique do Tororó). O CHS está situado basicamente na 1^a. dessas cumeadas e suas meias encostas, ocupação que aí se restringiu como centro urbano até o século XVIII, juntamente com a estreita área do sopé, onde localizava-se o cais do porto, alfândega, praça do *Commercio*. As principais **localidades** identificadas nessa 1^a cumeada na qual se edifica a cidade desde a sua fundação são a Sé, Pelourinho, Misericórdia, São Bento, Taboão, Carmo. Expande-se, então, para as demais cumeadas do entorno (Santo Antonio além do Carmo, Barbalho, Queimado, Nazareth e Barris).

Mais próximo à virada para o século XIX, a ocupação urbana de Salvador estende-se ao sul, na direção do Campo Grande e Vitória, e, ao norte, na península de Itapagipe, bordejando a Baía de Todos os Santos. Essas localidades mais antigas, identificadas principalmente pelas antigas freguesias, irão dar nome popularmente aos futuros bairros.

¹ Para os casos de não correspondência dos limites das poligonais com os limites dos setores censitários, foram considerados os setores com maior área de incidência, tratando-se, portanto de cálculo aproximado para o total da população e densidades. As áreas das poligonais foram calculadas utilizando-se como ferramenta o *software* CAD, portanto numericamente exatas.

A rigor, a **divisão em bairros**, até então, não é uma categoria institucionalmente definida pelos órgãos públicos de planejamento da administração oficial da cidade. Só recentemente, foi implementado o Projeto de Delimitação de Bairros de Salvador, proposta conjunta envolvendo Prefeitura, Estado da Bahia e Universidade Federal da Bahia, que delimitou os limites para os principais bairros da cidade e identificou aquelas que seriam as suas principais localidades (PMS-SMA/CONDER/UFBA, 2009). Essa divisão, ora adotada por este trabalho, identifica na área da poligonal do CAS, 13 bairros (Mapa 3), sendo no CHS: Centro Histórico e Santo Antônio; e no seu entorno: Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, Lapinha, parte da Liberdade, parte da Calçada e Comércio. Para efeito de operacionalidade deste trabalho, envolvendo outras consultorias, também adotou-se a divisão em **sub-regiões e núcleos**, compatibilizadas aos limites dos bairros indicados, sendo para o CHS: subárea A (São Bento, Misericórdia); subárea B (Sé, Pelourinho Taboão); e para o entorno do Centro Histórico, área restante do CAS: subárea Sul/Leste (Campo Grande, Campo da Pólvora, 2 de Julho); subárea Norte/Leste (Dique, Nazaré, Barbalho); subárea Oeste (Contorno, Comércio); e subárea Oeste/Norte (Água de Meninos, Calçada), conforme indicadas no Mapa 3.1. (GOTTSCHELL, et al., 2006).

A identificação de **bairros e localidades** é de fundamental importância para esse trabalho, uma vez que esse está pautado no fortalecimento de identidades e territorialidades. Foi adotado-se com fonte de informação registros fotográficos, conforme documentados no item 8, considerando-se as principais características das tipologias urbanísticas aí encontradas, identificando-se as suas peculiaridades, no sentido do seu fortalecimento na indicação de proposta de intervenção, a constar no Relatório da 5ª Etapa deste trabalho.

4 – Principais pontos de referência, logradouros e parcelamentos existentes

Os principais pontos de referência no CAS, conforme indicados nessa etapa preliminar (Mapa 4), com base em dados secundários, segundo o mapeamento sistematizado pela Prefeitura do Salvador, na atualização da Base SICAR-CONDER, 1992, estão relacionados a monumentos, edificações históricas e equipamentos institucionais, conforme nominados no Mapa 8.

Com base nesse levantamento, observa-se que no interior das duas poligonais há uma incidência significativa de pontos de referência, sendo mais incidente no CAS. A medida que se afasta dessa poligonal de entorno, que também caracteriza a área central da cidade, essa incidência vai diminuindo, sobretudo em função dos arredores além do CAS constituírem-se em bairros de predominância de moradia de população de classes de rendas médias (ao sul) tais como: Canela, Garcia, Brotas, Matatú; e mais baixa (ao norte), Baixa de Quintas, Caixa D'água e Liberdade, nos quais a presença desses pontos é ainda mais escassa.

Sob o ponto de vista dos **logradouros e sistema viário** (Mapa 4), essas cumeadas do CAS estão interligadas basicamente por ladeiras íngremes e escadarias, além de operadores mecânicos, tais como o Elevador Lacerda e os planos inclinados do Taboão, Pilar e Gonçalves-

Sé, bem como o Túnel Américo Simas. O sistema de vias para veículos aí existente se apresenta em cinco modalidades, de acordo com a classificação do PPDU/2004 e 2008 (SALVADOR, 2008), compreendendo: vias Arteriais I e II, de maior fluxo, situadas basicamente nas áreas de vale; vias Coletoras I e II, em grande parte nas cumeadas; e vias locais, mais estreitas e de tráfego mais restrito (Mapa 4). Não existem vias expressas na poligonal considerada, indica-se entretanto o projeto em fase de elaboração, a Via Portuária, que corta o limite norte da poligonal do CAS, observando-se também a passagem subterrânea e trecho aéreo do Metrô, em fase de conclusão, nas proximidades do Fórum Rui Barbosa e Estádio da Fonte Nova. Os logradouros exclusivos para pedestres são pouco freqüentes, observando-se nas vias de fluxo mais intensos uma mistura entre veículos e pedestres, com calçadas estreitas e estacionamentos ao longo das vias. A insuficiência de ligações mais diretas entre as cumeadas faz com que as distâncias entre localidades próximas, fiquem maiores, obrigando os transeuntes a percorrerem grandes distâncias pelas vias planas de cumeadas.

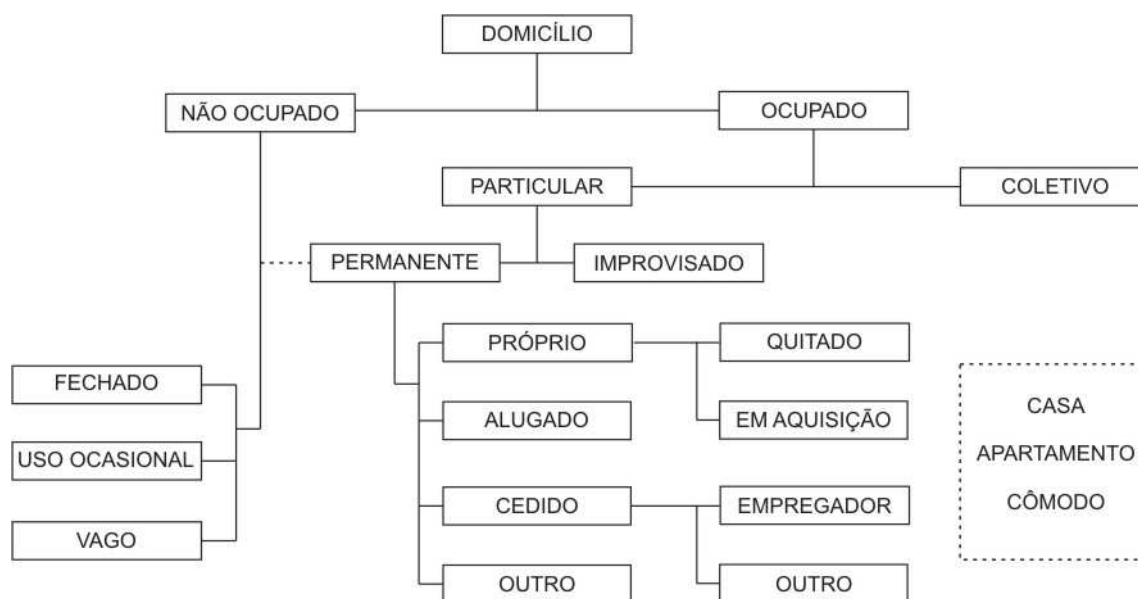
A identificação de **parcelamentos do solo**, conforme dados do inventário de loteamentos (SALVADOR, SEPLAM, 1976) e atualizações mais recentes efetivadas pela SUCOM/Prefeitura de Salvador, está ilustrada no Mapa 6. Como as primeiras regras e normas de parcelamentos individualizados datam dos Códigos de Postura Municipal, de 1920 e 1926, se percebe a incidência de loteamentos apenas nos limites da CAS. São introduzidas assim as primeiras normas que condicionam a localização das habitações para as camadas de baixa renda, bem como apresentam-se indícios de regras em relação aos “retalhamentos de quadra e lotes” na ocupação imobiliária na cidade, já com algumas indicações para uma futura legislação urbanística.

A partir dessa época, percebe-se um incentivo do poder público para a construção de habitações proletárias e higiênicas em terrenos baldios, para fins de aluguel, o que pode ser percebido em algumas localidades do CAS, com particular atenção para os bairros da Calçada e Liberdade.

5 – Caracterização dos domicílios com base em informações censitárias espacializadas

Utilizando-se da base espacializada de setores censitários e de informações por domicílios, conforme censo IBGE 2000 (Mapa 17), foram mapeados os aspectos mais pertinentes para qualificar a ocupação urbana, salientando-se aqueles relacionados a densidades, tipo, ocupação e condições sanitárias do domicílio, apresentados a seguir, com base nos mapeamentos que foram produzidos para este trabalho, no item 9. Para a análise comparativa dessa qualificação de domicílios, foi montado o diagrama a seguir apresentado, com base nas informações contidas no Manual do Recenseador (IBGE, Censo 2000).

DIAGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DE DOMICÍLIOS, SEGUNDO IBGE, 2000



Fonte: IBGE, Censo 2000; Montagem com base no Manual do Recenseador

Para o IBGE (2000), **domicílio** é o local ou recinto estruturalmente independente, que serve de moradia, constituído de um ou mais cômodos, com entrada independente para logradouro ou terreno de uso público ou ainda para local de uso comum a mais de um domicílio. O banheiro e cozinha são cômodos no interior de um domicílio. Registra-se como banheiro, quando nele existir chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.

Segundo a caracterização dos grupos de pessoas que os habitam, os domicílios ocupados podem ser **particulares** ou **coletivos**. Segundo a natureza dos domicílios eles podem ser classificados em **permanentes** ou **improvisados**.

O **domicílio coletivo** é o domicílio ocupado por grupo convivente no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência. São exemplos de domicílios coletivos: hotéis, pensões, recolhimentos, conventos, manicômios, asilos, orfanatos, hospitais, barcos mercantes, penitenciárias, postos militares, quartéis, navios de guerra, alojamento de trabalhadores etc., desde que habitados por mais de 5 famílias ou mais de 5 pessoas não parentes.

O **domicílio particular** é caracterizado pela *separação e independência*. As casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços, etc.), os edifícios de apartamentos e as fazendas, estâncias, engenhos, etc. constituem um conjunto de domicílios particulares, desde que respeite a condição de separação e independência e contenha no máximo 5 famílias ou no máximo 5 pessoas não parentes. Esta classificação por sua vez divide-se em permanente e improvisado.

O **domicílio permanente** é aquele construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência do censo, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

O **domicílio improvisado** é aquele localizado em prédios não residenciais (lojas, fábricas, etc.), desde que não tenham dependências destinadas exclusivamente para fins de moradia, mas que estejam servindo de abrigo na data do censo. Também estão incluídas nesta categoria, habitações estabelecidas em locais inadequados, tais como: prédios em construção, embarcação, veículos, barracas, tendas, grutas, pontes, galerias, banco de praça, pátio de estação, marquise de edifício, etc.

O IBGE só detalha as características do **domicílio particular permanente ocupado**. Nesse caso, são classificados como: **próprio** (quitado ou em aquisição); **alugado** (quando o morador não é proprietário e paga pela moradia); **cedido** (pelo empregador ou cedido de outra forma); e **outra condição** (diferente de todas as anteriores). Também do domicílio particular permanente próprio pode ser do tipo: **casa; apartamento; e cômodo** (esses localizados em casa de cômodo, cabeças-de-porco, cortiços etc).

Para os domicílios coletivos e improvisados não são levantadas suas características. Também são contabilizados os **domicílios particulares permanentes não ocupados** (fechado, uso ocasional e vago), nesse caso também não são investigadas as características dos domicílios.

Entende-se por **domicílio fechado**, o domicílio particular permanente ocupado, porém, no caso em que seus moradores, durante todo o período da coleta, estavam temporariamente ausentes, por motivo de trabalho, estudo, viagem de férias, negócios, visita a parentes, internação em hospital, etc.

O **domicílio de uso ocasional** refere-se ao domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia, na data de referência, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias, ou outro fim, mesmo que seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

É considerado **domicílio vago**, aquele que, na data de referência, não tinha morador. São exemplos de domicílios vagos: imóveis que estavam à venda, para aluguel, para serem demolidos, etc. Portanto compreendem domicílios sem moradores na data de referência, podendo estar aptos, ou não, a serem domicílios habitáveis.

Ressalva-se um caso específico, os domicílios em ruínas, que se confundem com os domicílios classificados pelo IBGE para serem demolidos (classe domicílio vago), ou dependendo do estado de conservação do imóvel (caso esteja sem cobertura) e sirva de moradia, nesses casos seria classificado como improvisado.

Os **domicílios particulares permanentes não ocupados** serão objeto de mapeamento e análise na 3ª Etapa deste trabalho, quando também serão analisados mais detalhadamente os resultados de vacância encontrados na pesquisa de campo.

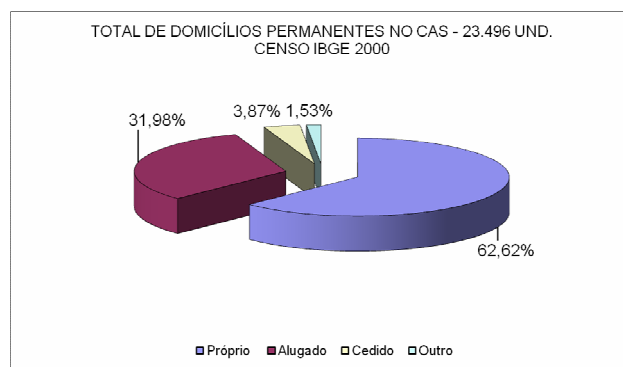
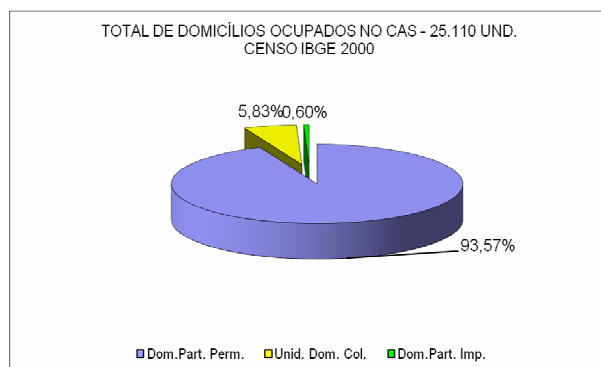
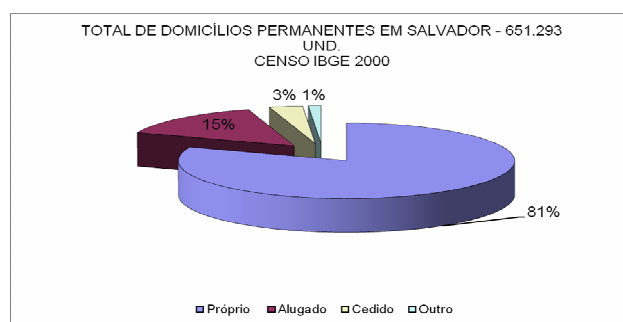
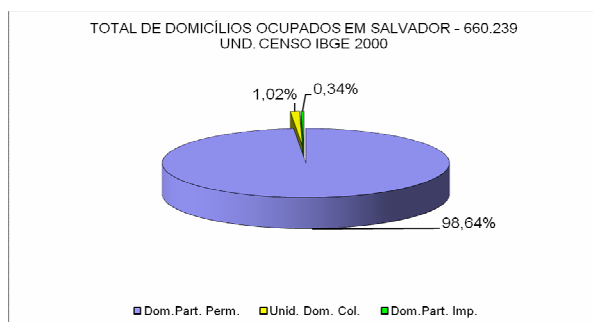
De acordo com a espacialização dos dados encontrados por tipo de domicílio, por setores censitários do Censo 2000, têm-se as primeiras análises comparativas entre a cidade do Salvador e a área correspondente ao Centro Antigo de Salvador, conforme sintetizadas nas tabelas e gráficos, a seguir:

DOMICÍLIOS OCUPADOS SALVADOR									
	Dom.Part.	Dom.Perm.	Unid.Col.	Dom.Imp.	Próprio	Alugado	Cedido	Outro	Total
und.	653.522	651.293	6.717	2.229	526.371	96.262	20.771	7.889	660.239
%		98,65	1,02	0,34	81	15	3	1	

DOMICÍLIOS OCUPADOS CENTRO ANTIGO									
	Dom.Part.	Dom.Perm.	Unid. Col.	Dom.Part.	Próprio	Alugado	Cedido	Outro	Total
und.	23.647	23.496	1.463	151	14.714	7.513	910	359	25.110
%		93,57	5,83	0,60	62,62	31,98	3,87	1,53	

Fonte: Censo IBGE, 2000

DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS PERMANENTE E OCUPADO, EM SALVADOR E NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, SEGUNDO DADOS DO IBGE, 2000



Notoriamente, os dados demonstram uma presença majoritária de domicílios particulares permanentes ocupados em Salvador, equivalendo a 98,65% do total, e, um índice um pouco menor, 93,57%, no CAS. Por sua vez, os domicílios do tipo coletivos, se apresentam em índice um pouco maior no CAS, correspondendo a 5,83%, ao tempo em que em Salvador representam apenas 1,02%. Os domicílios improvisados, nas duas abrangências, representam menos de um dígito, sendo um pouco mais frequentes no CAS, com um índice de 0,60%.

Em relação ao total permanente, os domicílios próprios são majoritários, incidindo 81% em Salvador e 62,62% no CAS. No caso dos alugados, a presença é bem mais significativa na área do CAS, com 31,98%, contra os 15% encontrados para Salvador, portanto o dobro. Os demais tipos, cedidos e outro, apresentam percentuais muito próximos nas duas áreas, com cerca de 3% e 1%, respectivamente.

Com base nessa definição de setores censitários, serão sistematizadas as demais informações sobre tipo de domicílios, ocupação, densidades e de infraestrutura, com base na classificação do IBGE para o Censo 2000, visando à análise comparativa por setor censitário, ressaltando, as características diferenciadas encontradas para o CAS e CHS.

Em relação às representações espaciais dos dados por setores censitários nas duas abrangências CHS e CAS, no Mapa 17.1, verifica-se uma maior incidência de **população** fora do CHS, identificando-se os setores mais populosos nas proximidades dos bairros da Liberdade, Soledade, Barbalho, Saúde e Tororó, que também constituem áreas com predominância de rendas mais baixas dentro da poligonal do CAS. Por outro lado, no CHS estão concentrados os setores com menor incidência de população moradora. As **densidades** mais altas também são encontradas no CAS, (Mapa 17.2), com maior intensidade nas proximidades do Barbalho, Centro e Campo Grande, locais onde também são observados uma maior frequência de verticalização, com edifícios de apartamentos, além do setores inseridos no bairro da Liberdade, Barbalho e Macaúbas, onde a verticalização é menor, mas o parcelamento da terra é muito intensivo.

Quanto à incidência de **domicílios ocupados**, Mapa 17.3, a intensidade é maior no CAS, com destaque para os bairros de Barris, Saúde, Barbalho e Liberdade. O total de domicílios ocupados, conforme classificação pode ser analisado comparativamente no Mapa 18, e por tipo, nos mapas derivados desse. Depreende-se desse subconjunto de mapeamentos, a predominância de domicílios do tipo **particular permanente**, sobretudo no CAS, enquanto que no CHS, predomina as unidades em **domicílio coletivo**, observando-se que no Comercio, há uma maior evidencia de **domicílio particular improvisado**, nas áreas de encosta.

Quanto a classificação dos **domicílios ocupados particular permanente**, também é possível analisar-se a partir de uma síntese da sua distribuição nas duas poligonais, Mapa 19, salientando-se alguns aspectos, que podem ser melhor visualizados nos mapas individuais subitemizados por cada tipo: O **próprio** predomina no CAS, na região do entrono do CHS,

seguido pelo domicílio do tipo **alugado**, que estão mais concentrados nos bairros do Centro, Saúde, Nazaré e Lapinha; e, em menor proporção o **cedido**. No CHS, particularmente na região do Taboão, como também no Comercio e Gamboa, aparece com mais destaque, o segmento **outra condição**, possivelmente fruto das ocupações informais que aí já se registram no ano do Censo 2000.

Por sua vez, quanto à classificação dos **domicílios particulares permanentes por** tipo de moradia, Mapa 20, também registrado em síntese e detalhado para cada tipo, verifica-se uma predominância em praticamente três regiões: Ao sul do CHS, nos bairros de Centro, Barris, Nazaré, destaca-se uma maior intensidade de **apartamento**; ao norte do CAS, predominância de **casa**; e no CHS, e arredores imediatos, na Saúde, nas imediações do Taboão e entre Baixa do Sapateiro e Campo da Pólvora, há uma maior frequência de **cômodo**, bem como no Comercio, na localidade de Conceição da Praia, apontando notoriamente para a existência de cortiços e casas de cômodo nessas localidades.

Quanto às condições sanitárias, no Mapa 21, que identifica a **existência de instalações sanitárias**, novamente verifica-se que a inexistência se nas proximidades da Baixa de Sapateiro, do CHS, no Comercio, novamente apontando para a precariedade da ocupação nas áreas de encosta, e no restante do CAS, na encosta da Gamboa, nos bairros de Macaúbas e Liberdade. Quanto à **qualificação do esgotamento sanitário**, Mapa 21.1, há uma predominância, em todo o CAS, de ligação de Banheiro-Sanitário à rede geral de esgotos. No entanto, novamente nos setores censitários que coincidem com a área de encosta entre a Cidade Baixa e Cidade Alta, como também na Gamboa, Liberdade e Lapinha, se observa condições mais rudimentares de esgotamento sanitário.

Com base nessas informações, apesar do último Censo ter se realizado há quase dez anos atrás, as condições apontadas de precariedade se aproximam das evidências coletadas recentemente, na pesquisa direta de campo, ao tempo em que permite visualizar qual o universo que está sendo tratado. Os próximos passos da 3ª Etapa, certamente deverão contribuir para um diagnóstico mais atualizado das condições de habitabilidade e precariedade do ambiente construído no CAS e CHS, definindo e identificando as potencialidades que se apresentam para a sua melhoria.

6 – Metodologias utilizadas no levantamento do uso e ocupação do solo e para ilustração fotográfica

Para atender à demanda do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador de publicação do diagnóstico, foi inserido os resultados preliminares do levantamento da ocupação e uso do solo da área, conforme já suscintamente analisados no item 2 deste relatório, ainda que não estivesse prevista para este relatório da 2ª Etapa a apresentação da

caracterização qualitativa da área, a partir do levantamento de dados primários. A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para os levantamentos de campo.

6.1. Uso e ocupação do solo

Esse é um levantamento inédito, considerando-se a totalidade da área tomada como Centro Antigo de Salvador, uma vez que não foram encontrados estudos desse tipo para essa área histórica da cidade, com exceção de alguns levantamentos de pequenos trechos do CHS, realizados pelo IPAC e Conder, em momentos diferentes e com outra metodologia. Por outro lado, considerando-se os objetivos deste trabalho, observou-se não apenas a tradicional classificação urbanística de uso e ocupação do solo, mas acrescentou-se os indicativos de vacância e degradação dos imóveis, com a identificação de ruínas, imóveis fechados e terrenos baldios, apresentados nos Mapa 8 e Mapa 13, elaborados por este trabalho.

Foram utilizadas para esse cadastro um mosaico de 10 setores, compondo a área do CAS, na escala 1:4.000, tendo como referencia a Base Cartográfica digital SICAR-CONDER 1992 e a Base SICAD-PMS de ortofotos, 2006; conforme fornecidas pelo ERCAS para este trabalho. De início previa-se um levantamento mais detalhado para o CHS e indicações mais genéricas por manchas, para a área do entorno, CAS. Na definição metodológica para o georeferenciamento das informações, optou-se por considerar a mesma forma de mapeamento detalhado para toda a área do CAS, identificando-se todas as edificações cadastradas na restituição de 1992, atualizadas com a Base SICAD-PMS de ortofotos, 2006. Esse levantamento por setor consta no anexo, bem como a sua montagem em um mapa síntese, apresentado no Mapa 8 – Predominância de Uso e Ocupação do Solo, também anexo.

Para uniformização do levantamento foi elaborado um roteiro, contendo as instruções para pesquisa de campo, conforme anexo, incluindo além do uso e ocupação do solo, todos os demais itens previstos para a 3ª. Etapa deste trabalho, quais sejam, estado de conservação, vacância, precariedade habitacional e identificação das edificações ocupadas por famílias sem-teto, a serem apresentados no próximo relatório.

6.2. Ilustração fotográfica

Adotou-se como forma de agregação e caminhamento para a produção de fotos, a divisão da área por bairro, considerando as localidades, de acordo com a proposta definida pelo Convênio PMS/CONDER/UFBA, 2008, conforme indicado anteriormente (Mapa - 3), no total de 13 bairros, quais sejam:

1. Centro Histórico
2. Santo Antônio
3. Centro
4. Comércio
5. Calçada
6. Liberdade

7. Lapinha
8. Barbalho
9. Macaúbas
10. Saúde
11. Nazaré
12. Tororó
13. Barris

Dessa forma, foram caracterizados os diversos usos, identidades e territorialidades encontrados no CAS e, mais especificamente, no CHS. Para essa ilustração foram observados os seguintes aspectos: características do ambiente construído, tipologia das edificações, pontos de referencia, áreas públicas, usos e ocupações diferenciadas. Esse conjunto de fotos estão apresentadas em painéis, no item 8 deste relatório.

7- Referências bibliográficas

A seguir, indica-se o levantamento da bibliografia de apoio para o estudo sobre Ocupação Urbana e Ambiente construído no Centro Histórico e no Centro Antigo de Salvador, na perspectiva da sua requalificação e fortalecimento cultural:

7.1. Livros, revistas, artigos e anais

ARANTANHA, Rogério. O Programa de Revitalização de Sítios Históricos. In: *Seminário Internacional sobre Reabilitação Urbana de Sítios Históricos*. Anais Eletônicos (documento síntese). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2002. Disponível em: [http:// www.iphan.gov.br/calendar/seminário internacional.htm](http://www.iphan.gov.br/calendar/seminario_internacional.htm). Acesso em 23 fev. 2005.

ARANTES, Otília. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, Otília; Maricato, Ermínia; Vainer, Carlos (orgs). *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*. p.11-74. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, E. B. et al. Habitação de interesse social em centros históricos: os conjuntos de edificações do Pilar/Taboão. In: *Arquimemória 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.

BOMFIM, Juarez D. Políticas Públicas para o Centro Histórico de Salvador: O Caso do Parque Histórico do Pelourinho-Investigação de Originalidade numa Ação de Governo Local. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, 1994.

BONATES, M. F. Política de habitação nos centros urbanos: retórica e prática. In *Arquimemória 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.

BONDUKI, Nabil. O desafio da Reabilitação das Áreas Centrais com Inclusão Social: o caso de S. Paulo. In: *VITRUVIUS, Portal de Arquitetura*. São Paulo, set 2003. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/forum/03debate_nabil_bonduki.asp. Acesso em 14 out.2003.

BOTELHO, Isaura e FREIRE, Carlos. Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo. Acessado em março, de 2009 e disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero2/caminhos/12Botelho%20e%20Freire.pdf>

BRAGA, P. M. Requalificação urbana: Novos caminhos para o centro histórico de Salvador. In: *Arquimemória - 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de salvador. In: BAHIA, Governo do Estado. *Revista Planejamento*, v. 6, no. 2. Salvador: SEPLANTEC/CPE, 1978.

BRITO, Marcelo. Pressupostos da Reabilitação Urbana de Sítios Históricos no contexto brasileiro. In: *VITRUVIUS, Portal de Arquitetura*. São Paulo, fevereiro de 2003. Disponível em http://vitruvius.com.br/arquitextos/arg033/arg033_01.asp>. Acesso em 10 mar.2003.

CARVALHO, Ilce Maria Marques de. *A Centralidade em Salvador: Parâmetros para um debate*. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAUFBA, Salvador, 1997.

CASTELLO, Lineu. A Memória das cidades e a revitalização do Velho Centro. *VII Encontro Nacional da ANPUR. Anais*. Recife: ANPUR/Centro de Referência e Informação em Habitação – INFOHAB, 1997, v.1 p527-539.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: *Forum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*. Belo Horizonte, v .1, n .1 ,set . /dez . 2007. Acessado em março, de 2009 e disponível em <http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/d23192f049e13a93838d.pdf>.

CREA / BAHIA. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia. GT de Acessibilidade. Relatório de Vistoria sobre Acessibilidade no Trecho Campo Grande-Praça da Sé. Salvador: 2006.

CREA-BA. Sétima etapa de revitalização é marcada pela polêmica retirada dos moradores do Pelourinho. *Revista CREA-BA*. N.7abr/mai/jun de 2004. Acessado em março de 2009 Disponível em http://www.creaba.org.br/Revista/Edicao_07/longe_dos_olhos_Pelourinho.asp.

EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS DA BAHIA S.A. Projeto Som e Luz - Fundação da Cidade. Salvador, 198-

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréia; e DUPLAT, Isabele Costa. Requalificação urbana: estabelecidos e desafortunados. do Centro Histórico de Salvador. Acesso em março de 2009. <http://www.gestaoeinovacao.com.br/downloads/cienciassociaisaplicadas/artigos/requalificacaourbana.pdf>

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DA BAHIA. Da Revitalização do Centro Comercial e Histórico de Salvador, II: Terreiro de Jesus; Sé, Largo da Câmara; Taboão. Salvador: Federação do Comércio / SESC / SENAC BA, 1983.

FÉLIX, Anísio. Pelo Pelourinho. Salvador: EGBA, 1995.

FRANCO, Angela A. Área Central de Salvador: uma releitura de sua "degradação". Salvador: PMS, 1994.

FREITAG, Barbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. In: *Caderno CRH/UFBA*, n. 38, p. 115-126, Salvador: Caderno CRH/UFBA. jan./jun. 2003.

FERREZ, Gilberto. Bahia: velhas fotografias. Rio de Janeiro: Kosmos Ed.; Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1988.

GALEFFI, Dante. O Centro da Cidade: Criação, Conservação e Transformação da Vida Urbana. Salvador: PMS, 1993.

- GALIZA, H. et al. A reabilitação de centros antigos: debates e diretrizes sobre a questão habitacional. In: *Arquimemória - 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.
- GARCIA, S. Centros históricos. Herencia del pasado o construcción del presente? Agentes detonadores de um nuevo esquema de cidade. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Barcelona: Universidade de Barcelona. Vol. IX. N. 194. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-39.htm>. Pesquisa em agosto, 2005.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. (org). Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade. Salvador: EDUFBA/Faculdade de Arquitetura, 1995.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Caminhos e descaminhos da requalificação do Pelourinho. In: Meirelles, Márcio (org). *Trilogia do Pelô* p.23. Salvador: edições Olodum, 1995.
- GORDILHO, Walter Velloso. Contribuição ao estudo da evolução urbana na Cidade do Salvador. In: *CIDADE do Salvador; aspectos geográficos, históricos sociais e antropológicos*. Coleção Estudos Baianos, no. 1. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia (original de 1942).
- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição Espacial em Salvador, 1946-1989. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ.
- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria (org.). Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: MAU/UFBA, 1997.
- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2ª. edição revista e ampliada, 2008 (original de 1999).
- GORDILHO-SOUZA, Angela Maria. O pensar técnico sobre habitação em Salvador na segunda metade do século XX. In: NUNES, Débora. *Salvador: o arquiteto e a cidade informal*. Salvador: PPG/FAUFBA/LabHabitar, 2000.
- GOTTSCHALL, Carlota. S. e SANTANA, Mariely Cabral de (orgs.). *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA : SEI, 2006.
- GOTTSCHALL, Carlota. S.; SANTANA, Mariely Cabral de; e ROCHA, Ana Georgina Peixoto. In: *Centro da cultura de Salvador*. Salvador: EDUFBA : SEI, 2006.
- GUIMARAENS, C.; e IWATA, N. Construindo a cultura na idéia de Centro. In: *VITRUVIUS, Portal de Arquitetura*. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/>.
- HEINONEN, Noora. Cidade alta em alta? circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geo-Ciências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.
- KOOSAH, Muhdi. Sugestões e Notas para uma Análise Estrutural e Tipológica da Morfologia da Cidade. Universidade de Brasília. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, s/d.

- KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a08n70.pdf>. Acesso em Março/ 2009.
- LAPA, T. A. Requalificação urbana: aporte de melhorias à qualidade de vida ou arranjo político-institucional para acomodação dos atores em novos papéis?. In: *Arquimemória - 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.
- LIMA, Evelyn F. W. Um modelo integrado e poucas regras: Uma proposta para re-qualificar centros históricos sob a abordagem antropológica. In: *Arquimemória 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador, 2008.
- MAGNAVITA, Pasqualino Romano. Quando a história vira espetáculo: Palco móvel do Pelô. In: Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.) *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Edufba/Faculdade de Arquitetura, 1995.
- MARICATO, Ermínia. Prós e contras da revitalização de centros urbanos. In: <http://www.comciência.br/cidades>. Pesquisa em maio de 2002.
- MELO, R. O papel das instituições de gestão de programas na conservação de áreas urbanas de interesse cultural. In: *Arquimemória - 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador. 2008.
- MOURÃO, Fernando A. A. Do Centro Histórico ao Ponto de Encontro. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1976.
- NERY, J. C. Ideologias e políticas públicas no delinear dos caminhos da preservação no Brasil. In: *Arquimemória 3º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado: Função Social, Integração e Participação*. Salvador. 2008.
- OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. *A Área do Iguatemi; o novo centro econômico da cidade do Salvador – uma análise da produção espacial de novas centralidades*. Dissertação de mestrado em geografia. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2003.
- PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. In: Anais do colóquio *A cidade entre projectos e políticas*. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 30/06/2003. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acesso março/ 2009.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- RIGOL, Sergi Martinez i. Gentrification: conceito e método. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Carreras, Carles (orgs). *Novas abordagens. GEOUSP. Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: contexto, 2005, v.4, p..81-97.
- SANTANA, Lídia. Revitalização de áreas portuárias: referências para Salvador. In: BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, v. 13, n. 2, p. 225-238, set. 2003.

- SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- SEBRAE/BA. Censo empresarial do bairro do Comércio. Salvador, 2004.
- SILVA, Cecília L. *A Cidade do Salvador nos seus 454 Anos, II*. Salvador: EDUNEB, 2005.
- SILVA, Liliane M. *Indicadores do Centro: Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos, IL*. Salvador:1986.
- SUTCLIFFE, Anthony. *Ocaso y fracaso del Centro de Paris*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1970.
- UNESCO/BRASIL. *Patrimônio Mundial no Brasil. 2ª Edição*. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2002.
- VERGER, Pierre. *Centro Histórico de Salvador, 1946 A 1952, IL*, São Paulo: Corrupio, 1989.
- VAINER, Carlos. *Prós e contras da revitalização de centros urbanos in <http://www.comciência.br/cidades>*. Pesquisa em maio 2002.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549-1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.
- VEIGA, Daniela A. Monteiro. *Domicílios sem moradores, moradores sem domicílios*. Dissertação Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. PPGAU/Faculdade de Arquitetura UFBA, Salvador, 2008.
- VIEIRA, S. G. *A sobrevivência do capitalismo e a revalorização do centro de Lisboa - Revitalização da Baixa Pombalina*. GEOUSP, Espaço e Tempo. n 10. São Paulo. 2001.
- ZANCHETI, Silvio Mendes. *Conservação integrada e novas estratégias de gestão*. Trabalho produzido para o 4º Encontro do SIRCHAL realizado em Salvador, Bahia, de 29 de maio a 02 de junho de 2000.

7.2. Documentos e publicações governamentais

- BAHIA. Governo do Estado. *Pait - Programa de Ação Imediata de Tráfego*. Salvador: SEPLANTEC / CONDER, s/d.
- BAHIA. Governo do Estado. *Revitalização do Conjunto Passo - Carmo - Santo Antonio*. Salvador: SIC, 197-.
- BAHIA. Governo do Estado. *Conceição / Sodré: Proposição Emergencial de Reanimação Urbana, II*. Salvador: SIC/Coordenação de Fomento ao Turismo, 1976.
- BAHIA. Governo do Estado. SALVADOR. Prefeitura Municipal. *Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador, Anais*. Salvador: FPACBA/OCEPLAN, 25 a 31 Jan. 1977.
- BAHIA, Governo do Estado. *Programa de Preservação do Patrimônio. Plano Diretor do Pelourinho Plandip*, FPACBA, 1977.

BAHIA. Governo do Estado. Projeto de Pesquisa Sobre Evolução Histórico-Urbana do Pelourinho. Salvador: SEC/FPACBA, 1977.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. PLANDIP - Plano Diretor do Pelourinho: Coletanea. Salvador: IPAC, 1978.

BAHIA. Governo do Estado. PLANDIP - Roteiro de Trabalho do Programa II: Modelo Operacional de Recuperação e Restauração Físico-Ambiental e Cadastro. Salvador: SEC/IPAC, 1978.

BAHIA, Governo do Estado. Revista Planejamento. Especial: Habitação e Urbanismo II. Salvador: SEPLANTEC, v. 6, nº 2, abr/jun 1978.

BAHIA. Governo do Estado. Projeto Metropolitano- RM- Salvador. Circuito Turístico do Centro Histórico de Salvador. Salvador: SEPLANTEC, 1983.

BAHIA. Governo do Estado. Centro Histórico de Salvador. Salvador: IPAC / SEPLAM, 1984.

BAHIA. Governo do Estado. Plano de Ação Integrada do Centro Histórico de Salvador: Termo de Referência, II. Mapas. Salvador: IPAC, 1991.

BAHIA, Governo do Estado. Base Cartográfica SICAR-CONDER 1992.

BAHIA, Governo do Estado. Base Fotográfica SICAR-CONDER 2002.

BAHIA, Governo do Estado. SECULT. Famílias carentes da antiga Rocinha terão projeto urbanístico. <http://www.cultura.ba.gov.br/noticias/plugcultura/familias-carentes-da-antiga-rocinha-terao-projeto-urbanistico>. Publicado em: 12/12/2007.

BAHIA, Governo do Estado. SECULT. Novo Pelô: bom para morar, trabalhar, freqüentar e visitar. <http://www.bahiaemfoco.com/noticia/2730/novo-pelo-bom-para-morar-trabalhar-frequentar-e-visitar>. Publicado em: 15/12/2007.

BAHIA, Governo do Estado. SECULT. Unesco e Governo da Bahia assinam convênio de R\$ 1,4 milhões. Publicado em: 24/04/2008.

http://www.pt.org.br/portalpt/index.php?option=com_content&task=view&id=12154&Itemid=195

BAHIA, Governo do Estado. SSP. Secretaria da Segurança Pública. Plano de Segurança para o Centro Histórico. Apresentação feita para o Escritório de Referência do centro Antigo de Salvador, 12/03/2009.

BAHIA, Governo do Estado. SECULT. Pesquisa dos equipamentos culturais no CAS. (em fase de finalização). Dados preliminares disponíveis em março de 2009.

BAHIA, Governo do Estado. Conder. Situação do Programa Habitacional do Servidor Público, em 17/12/2008. http://www.conder.ba.gov.br/prog_servidor.htm. Acesso em março, de 2009.

BRASIL/UFBA. Relatório Final do Projeto Reabilitação de Núcleos Históricos Cidade do Salvador. Salvador: CPM/FGM/PMS. UFBA/LNEC, 1966.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Centro Histórico de Salvador, Xerograf. Salvador: SPHAN, CEAB, IPAC, OCEPLAN, 1983.

- BRASIL. Ministério das Cidades. Reabilitação de Centros Urbanos. Salvador: SNPU, 2005.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Área Tombamento do Centro Histórico de Salvador, 1984.
- BRASIL. Lei n. 8313 de 23 de dezembro de 1991. Lei Rouanet. Estabelece princípios da Lei n. 7.505 de 02 de julho de 1986 que institui o Programa Nacional de apoio à cultura – PRONAC e dá outras providências. Disponível em <http://www.minc.gov.br/legisl/docs>.
- BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis_2001/L_10257.htm>.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Novas estratégias e princípios para a recuperação do Centro Histórico de Salvador. Acesso em março de 2009. <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/publicacoes-institucionais/Novas%20estrategias%20e%20princípios%20-%20Salvador.doc/view>
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa de arrendamento residencial – PAR. Disponível em: <http://www.webp.caixa.gov.br/urbanização/publicação/texto/programa/PAR.htm>>.
- CONDER. Rememorar leva vida nova ao Centro Histórico.. Salvador,01 out. 2004. Disponível em <http://www.conder.ba.gov.br/webnews/news/noticia.asp?NewsID=705>>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados do Censo 1991. IBGE, 1991.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Resultados preliminares do Censo 2000. IBGE, 2001
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. PLANDURB - EPUCS uma experiência de planejamento urbano. Salvador: OCEPLAN/PLANDURB, 1976.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. Disponibilidade de terras - Inventário de loteamentos. Salvador: OCEPLAN/PLANDURB, 1977.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. Encostas: redefinindo a questão; porque e onde caem; o que fazer. Salvador: OCEPLAN/GESEC, v. 1, 2 e 3, 1981.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. Decreto 3.289/1983. Área de Proteção ao Patrimônio Cultural e Paisagístico de Salvador, 1983.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal. Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Salvador, 1983.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Revitalização do Centro Histórico de Salvador. Salvador: 1983.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Proposta de Atuação do OCEPLAN na Área Central. Salvador: OCEPLAN, 1984.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Programa de Recuperação do Centro Histórico. Salvador: SEPLAM, 1985.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Projeto Cami. Centro Administrativo Municipal Integrado.

Salvador: SEPLAM, 1985.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Projeto Cami. Centro Administrativo Municipal Integrado. Salvador: SEPLAM, 1985.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Projeto de Segurança Coletiva do Centro Histórico de Salvador. Salvador: SEPLAM, 1985.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Projeto Integrado: Revitalização do Centro Histórico de Salvador. Salvador: SEPLAM, 1985.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Consolidação das Leis de Ordenamento do Solo – Leis e Decretos Complementares. Salvador: PMS/SEPLAN/DCOS, 1988.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Plano de Ação para o Centro Histórico, II. Salvador: CPM, 1990.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. O Centro Histórico de Salvador. Salvador: CPM, 1991.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Programa de Renovação Urbana Piedade/São Bento/Barroquinha/Castro Alves. Salvador: CPM, 1994.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Plano de Circulação da Barra. Salvador: SEPLAM, 1998.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Plano de Estacionamento para a Área Central. Relatório Síntese. Salvador: FMLF/TTC, 1998.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Estruturação da Rede Metroviária. Salvador: SEPLAM/FMLF, 2000.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Estudo do Transporte Intermodal da Região Suburbana de Salvador e seu Acesso a Área Central: Relatório Síntese. Salvador: FMLF/TTC, 2000.

SALVADOR. Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Fundação Mário Leal Ferreira. Polígono da Identidade Cultural. Salvador. 2000.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Salvador: SEPLAM/PMS, 2002

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Base Fotográfica SICAD-PMS, 2006.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Acampamentos de famílias sem-teto em Salvador. Salvador: SEHAB/PMS, 2007.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Salvador: SEPLAM/PMS, 2008.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. Plano Municipal de Habitação de Salvador (2008-2025). Salvador: SEHAB/PMS, 2008

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Codesal. Casarões – relatório técnico. Edição revisada, janeiro de 2009. Elaborado pela Defesa Civil/Setin. Acessado em março de 2009 e disponível <http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/images/stories/casar%F5es%202009%201%20novo.pdf>
http://www.defesacivil.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=67

7.3. Portais/ websites

Banco Interamericano de Desenvolvimento. <http://www.iadb.org/>

Caixa Econômica Federal. <http://www.caixa.gov.br/>

Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia. <http://www.cultura.gov.br/site/sobre/>

Escritório de Revitalização do Centro Antigo de Salvador. <http://centroantigo.blogspot.com/>

Instituto Brasileiro de Informações e Estatística. www.ibge.gov.br.

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia - <http://www.ipac.ba.gov.br/>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. www.iphan.gov.br

Ministério da Cultura. <http://www.cultura.gov.br/>

Ministério das Cidades. <http://www.cidades.gov.br/>

Monumenta. <http://www.monumenta.gov.br/>

Organização das Nações Unidas, para a Educação, a Ciência e a Cultura. Unesco no Brasil.
<http://www.brasilia.unesco.org/>

Prefeitura Municipal de Salvador. www.pms.ba.gov.br.

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. <http://www.cultura.ba.gov.br/>

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Saneamento do Estado da Bahia – Centro Antigo
<http://www.sedur.ba.gov.br/centro.antigo.htm>

8 – Fotos

9 – Mapas

10- Anexos